

DOI: 10.35621/23587490.v9.n1.p253-263

O FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE - BRASIL

FINANCING PRIMARY HEALTH CARE IN THE STATES OF THE NORTHERN REGION - BRAZIL.

Francisco Naildo Cardoso Leitão^{1,2,3}
Daiane Mendes Rodrigues^{2,3,4}
Juliana Maria Bello Jastrow^{2,6}
Ocilma Barros de Quental^{2,5}
Alliny Sales Rodrigues²
Mauro José de Deus Morais^{2,3}

RESUMO: Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil é a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) que busca o atendimento de qualidade e universal a todos. Compreender a política pública e os instrumentos que a operacionalizam é importante para possibilitar avaliar a legalidade e legitimidade das ações e serviços em APS, pois ainda pairam diversas críticas quanto ao atendimento e sua qualidade. **Objetivo:** Analisar o financiamento em APS nos Estados da Região Norte do Brasil. **Método:** Estudo ecológico, descritivo e de base documental, com abordagem quantitativa e estratégia indutiva, com uso de dados secundários do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), Sistema de Apoio ao Relatório Anual de Gestão (SARGSUS) do Ministério da Saúde (MS), **Resultados:** O financiamento da APS nos Estados da Região Norte é constitucional, legal e legítimo no que tange ao mínimo exigido. Em 2014, 2015 e 2016, os recursos investidos foram superiores a 22 bilhões de reais, observando que os Estados que mais investiram foram Pará, Amazonas e Rondônia no período analisado. A correlação entre o quantitativo populacional e os valores de investimentos em APS são, regra geral, correlacionáveis, mas os achados da pesquisa descrevem que Estados como Roraima e Tocantins não seguem esse

1 Doutorando em Ciências da Saúde no Centro Universitário FMABC, São Paulo -SP, Brasil.

2 Laboratório Multidisciplinar de Estudos e Escrita Científica em Ciências da Saúde, Rio Branco - AC, Brasil.

3 Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco - AC, Brasil.

4 Mestranda em Geografia da Universidade Federal do Acre, Rio Branco - AC, Brasil.

5 Faculdade Santa Maria, Cajazeira - PB, Brasil.

6 Graduanda em Enfermagem da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória - ES, Brasil.

Autor Correspondente: francisco.leitao@ufac.br.

padrão, inferindo-se que a disposição política influencia nos volumes de recursos aplicados em APS. Os relatórios de gestão anual dos recursos não são claros, objetivos e insuficientes para permitir um controle social eficaz. **Conclusão:** A política pública de APS nos Estados da Região Norte são aplicáveis em seus parâmetros constitucionais e legais, apesar de ser evidente a necessidade de uma gestão mais democrática, transparente e com a participação dos usuários em saúde APS.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Financiamento em Saúde; Atenção Primária em Saúde.

ABSTRACT: Background: Primary Health Care (PHC) in Brazil is the gateway to the Unified Health System (SUS), which seeks quality and universal care for all. Understanding the public policy and the instruments that operate it is important to allow the assessment of the legality and legitimacy of actions and services in PHC, since there are still several criticisms regarding service and its quality. **Objective:** To analyze the financing in PHC in the States of the North Region, Brazil. **Method:** An ecological, descriptive and documental study, with a quantitative approach and inductive strategy, using secondary data from the Information System on Public Budgets in Health (SIOPS), Support System for the Annual Management Report (SARGSUS) Health (MS). **Results:** The financing of PHC in the States of the North Region is constitutional, legal and legitimate regarding the minimum required. In 2014, 2015 and 2016, funds invested were over R \$ 22 billion, noting that the states that invested the most were Pará, Amazonas and Rondônia during the period analyzed. The correlation between the quantitative population and the values of investments in PHC are, as a rule, correlable, but the research findings describe that states like Roraima and Tocantins do not follow this pattern, being inferred that the political disposition influence in the volumes of applied resources In APS. Annual resource management reports are not clear, objective and insufficient to allow for effective social control. **Conclusion:** The public policy of PHC in the States of the North Region is applicable in its constitutional and legal parameters, despite the evident need for a more democratic, transparent management with the participation of PHC health users.

Keywords: Unified Health System; Health Financing; Primary Health Care.